

A atuação das ONGs no desastre das manchas de óleo no litoral brasileiro

CARLOS DIAS CHAYM

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

LARISSA DOS SANTOS LIMA

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FACULDADE CEARENSE

Introdução

Resolver problemas ambientais nunca é uma tarefa simples. Contudo, eventos como o derramamento de óleo na costa brasileira em 2019 trazem grau de complexidade ainda mais elevado. O desastre das manchas de óleo na costa brasileira pode ser classificado como aqui que Rittel e Webber chamaram de fenômenos perversos. Para estes autores, problemas sem precedentes e de grandes magnitudes fazem parte de uma categoria distinta de fenômenos, ensejando uma mobilização integrada de diversos atores.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Como as Organizações Não-Governamentais colaboraram com as dimensões sociais, ambientais e econômicas para a resolução do desastre ambiental das manchas de óleo no Brasil? Analisar a atuação das Organizações Não-Governamentais na colaboração com as dimensões sociais, ambientais e econômicas para a resolução do desastre ambiental das manchas de óleo no Brasil.

Fundamentação Teórica

Cunhado por Rittel e Webber (1973), o conceito de fenômenos perversos (wicked problems) traz pelo menos dez características: difícil definição exata, são socialmente complexos, envolve mudança de comportamento, não tem solução comprovadamente eficaz, há muitos stakeholders, sem precedentes, sem resolução exata, tangencia várias esferas de atuação, decorre de causas múltiplas e podem levar a consequências inesperadas. O derramamento de óleo no Brasil se configura em tal categoria, já que é o maior desastre ambiental do Atlântico Sul. As ONGs, por sua vez, são atores importantes neste enredo.

Metodologia

Essa pesquisa se caracteriza como sendo descritiva e exploratória, com uso de entrevistas qualitativas em profundidade realizadas de forma remota virtualmente. Foram entrevistadas pessoas que trabalham em ONGs que atuaram diretamente na resolução do desastre ambiental. Foi utilizada a análise de conteúdo para buscar elemento que respondessem à questão norteadora.

Análise dos Resultados

Foram encontradas evidências de que a atuação das ONGs foi de fundamental importância para diminuir os impactos causados pelo óleo. Como era esperado em fenômenos perversos, a atuação das ONGs ocorreu apenas em uma fração do problema, porém teria sido mais expressiva se houvesse maior celeridade em questões burocráticas.

Conclusão

Considerado o maior desastre ambiental em termos de extensão já registrado do Atlântico Sul (SOARES et al., 2020), ainda hoje é possível perceber seu impacto na sociedade, ambiente e economia. De resolução complexa, diversos atores precisaram ser mobilizados para que os impactos não fossem maior ainda. Por serem mais orgânicas que as entidades governamentais, as ONGs exerceram papel crucial desde os primeiros registros de óleo, contribuindo para sua resolução.

Referências Bibliográficas

RITTEL, H.W.J.; WEBBER, M.M. Dilemmas in a general theory of planning. Policy Sci-ences, v. 4, p. 155-169, 1973. <https://doi.org/10.1007/BF01405730>
SOARES, M.O. et al. Brazil oil spill response: Time for coordination. Science, v. 367, p. 155, 2020. <https://doi.org/10.1126/science.aaz9993>

Palavras Chave

Fenômenos perversos, Vazamento de óleo no Brasil, ONG

A ATUAÇÃO DAS ONGS NO DESASTRE DAS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO

RESUMO

Esta pesquisa buscou evidenciar o trabalho das ONGs em relação ao desastre do derramamento de óleo na costa brasileira em 2019 e como esse fato impactou nos âmbitos sociais, econômicos e ambientais. Baseando-se nas teorias de fenômenos perversos e no tripé da sustentabilidade, a pesquisa foi realizada de forma descritiva e qualitativa através de entrevistas realizadas com ONGs que vem atuando no desastre. Foi perceptível o desempenho realizado por essas instituições que ampliou ainda mais os conhecimentos sobre o tripé da sustentabilidade e da relação existente com o desenvolvimento da humanidade. Esse estudo, além de responder sobre a atuação das ONGs, mostrou a existência de muitos outros fenômenos perversos que precisam ser estudados e colocados em prática, como a utilização desenfreada de plástico, a entrada de *stakeholders*, a precarização das áreas vulneráveis, a perda da cultura da pesca artesanal, a utilização de protocolos de ação, a falta de conhecimento sobre os biomas e o papel da economia azul.

Palavras-chave: Vazamento de óleo no Brasil. Fenômenos perversos. Tripé da Sustentabilidade. ONGs.

ABSTRACT

This research sought to highlight the work of NGOs in relation to the oil spill disaster on the Brazilian coast in 2019 and how this fact impacted the social, economic and environmental spheres based on theories of perverse phenomena and on the tripod of sustainability, the research was carried out in a descriptive and qualitative way through interviews with NGOs that acted and act in the disaster, it was noticeable the performance performed by these institutions that further expanded the knowledge on the tripod of sustainability and the existing relationship with the development of humanity, this study in addition to responding to the role of NGOs, it showed the existence of many other perverse phenomena that need to be studied and put into practice, such as the unrestrained use of plastic, the entry of stakeholders, the precariousness of vulnerable areas, the loss of fishing culture artisanal use, the use of action protocols, the lack of knowledge about biomes and the role of the blue economy.

Keywords: Brazilian oil spill. Wicked problems. Triple Bottom Line. ONGs

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem sido possível perceber um crescente número de problemas ambientais causados pela ação humana. Os ecossistemas, porém, nem sempre conseguem ser suficientemente resilientes ao ponto de sanar os danos que a atividade humana lhes causa. Deste modo, os constantes impactos ambientais têm alterado a dinâmica do planeta, colocando em risco a manutenção da vida no longo prazo. Essas constatações têm levado formadores de políticas, empresas, pesquisadores, sociedade civil e outros *stakeholders* a se reunirem em conferências para debater o futuro da humanidade (OECD, 2016; ONU, 2012). Procura-se, com isso, buscar estratégias de governança global e metas capazes de promover o desenvolvimento econômico sem causar danos irreversíveis ao meio ambiente.

Com efeito, a sustentabilidade deixa de ser um discurso abstrato e distante e passa a ser objetivada por meio de acordos internacionais e metas. Dentre essas iniciativas, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de 169 metas elencadas pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) para ser alcançadas até 2030 pelos países membros. Com essas metas, espera-se que a utilização dos recursos naturais e demais atividades humanas seja repensada de modo a reverter os problemas ambientais causados especialmente após a intensificação da industrialização no mundo (PAULINO *et al.*, 2019).

Embora a sustentabilidade não seja um conceito perfeitamente delimitado, é amplamente aceito que o mesmo não deve ser associado somente à dimensão ambiental. Emprestando uma visão mais holística ao conceito, Elkington (2012) desenvolveu a Teoria dos Três Pilares, fazendo uma conexão entre três dimensões: ambiente, sociedade e economia. Também conhecida como *Triple Bottom Line* (Tripé da Sustentabilidade), essa abordagem pressupõe que as três dimensões precisam ser consideradas para que haja um efetivo alcance de um estado sustentável das ações humanas.

Apesar das evidências de que esforços que utilizam esta abordagem vêm surtindo efeito, a humanidade está suscetível a problemas que fogem do controle, como o derramamento de óleo percebido no litoral brasileiro em 2019. Considerado o mais extenso desastre ambiental nos oceanos tropicais (SOARES *et al.*, 2020), seu impacto vem sendo percebido não somente na natureza, mas também na esfera social e econômica dos municípios afetados. O resultado é que não somente praias, manguezais, recifes de coral, sistemas estuarinos, leito dos oceanos e Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) foram afetados, mas também atividades como o turismo, a pesca, a aquicultura marinha e outras atividades comerciais.

O vazamento de óleo no Brasil pode ser classificado com o que Rittel e Webber (1973) denominaram problemas perversos, que são eventos cuja origem nem sempre é facilmente delimitada e cuja solução não é previamente estruturada pelo fato de haver características únicas em relação a eventos semelhantes. Uma vez que problemas perversos são caracterizados por questões idiossincráticas, os esforços mobilizados para solucioná-los ocorrem a partir de informações pouco precisas e, muitas vezes, por meio da tentativa e erro, já que nem sempre há referências anteriores que permitam adotar um modelo de governança pré-estabelecido. Especificamente no desastre ambiental em questão, as dificuldades em executar ações de reparo são dificultadas dada a extensão das áreas atingidas e por necessitar de mobilização entre atores de diversos municípios, estados e da União.

Diversos estudos vêm sendo realizados buscando elucidar aspectos relacionados à sustentabilidade, como aqueles ligados à governança corporativa (SOUZA; LUZ, 2019), aos agentes públicos (SILVA JÚNIOR; GOULARTE; GOMES, 2019) e às múltiplas percepções para distintas categorias profissionais (MOREIRA; SILVA, 2018), para ficar em alguns mais recentes. Por outro lado, desde a publicação do artigo seminal de Rittel e Webber (1973), tem sido crescente a associação do conceito de fenômenos perversos aos problemas que impactam diretamente nas esferas da sustentabilidade. Assim, considerando que a resolução de fenômenos perversos envolve a cooperação de múltiplos *stakeholders*, investigar essas atuações pode ser útil para a elaboração de um plano de governança futura.

Com base no exposto, o presente estudo parte do seguinte problema de pesquisa: Como as Organizações Não-Governamentais colaboraram com as dimensões sociais, ambientais e econômicas para a resolução do desastre ambiental das manchas de óleo no Brasil? Como objetivo geral, têm-se: Analisar a atuação das Organizações Não-Governamentais na colaboração com as dimensões sociais, ambientais e econômicas para a resolução do desastre ambiental das manchas de óleo no Brasil. Como objetivos específicos, elencou-se: a) Conceituar sustentabilidade; b) Descrever fenômenos perversos; c) Caracterizar ONG's; d) Relacionar o desastre das manchas de óleo e o trabalho das ONG's.

O presente estudo se estrutura com base nas seguintes seções: 1) Introdução, em que se delinea os principais conceitos e apresentam-se questão de pesquisa e objetivos; 2) Referencial Teórico, que descreve os conceitos que fundamentam esse estudo; 3) Procedimentos Metodológicos, cuja função é apresentar os caminhos pelo qual se pretende responder a questão de pesquisa; 4) Análise e Discussão dos Resultados, que traz uma análise do material empírico coletado; e, por fim, 5) Considerações Finais, que encerram o estudo, seguida das Referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente seção contextualiza sustentabilidade ao mesmo tempo em que apresenta a *Triple Bottom Line*, discute o conceito de fenômenos perversos e explana sobre o papel das ONGs sobre o desastre das manchas de óleo no Brasil.

2.1 Sustentabilidade e seus tripés

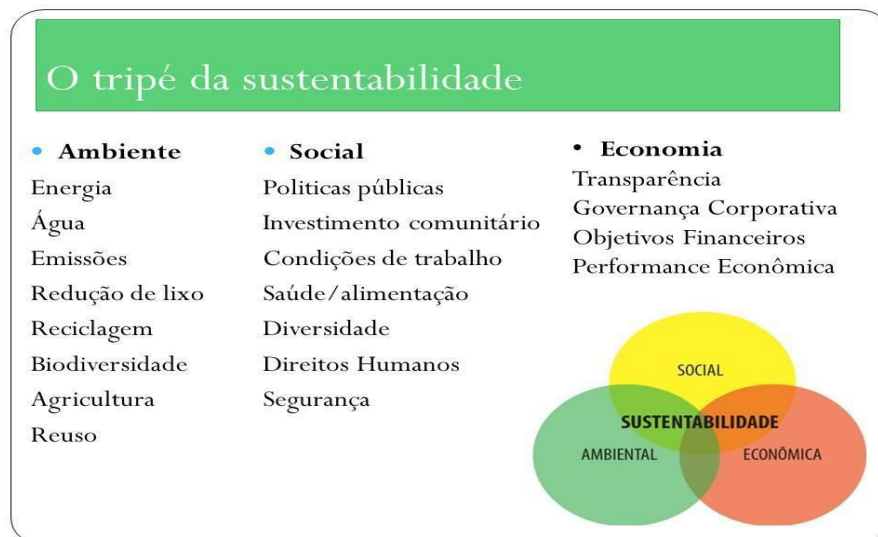
O conceito de sustentabilidade vem sendo apresentado ao longo dos anos, como um tema importante para o acompanhamento do desenvolvimento histórico das sociedades. Em 1972 um estudo foi publicado pela equipe do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), dos Estados Unidos, chamado “*The limits to Growth*”; nesse documento havia estudos sobre problemas básicos da existência humana como energia, saneamento, poluição, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. Por meio de eminências matemáticas, informava que o planeta não suportaria o crescimento populacional e o aumento da poluição mesmo com um alto nível tecnológico da humanidade. Um alarde foi provocado devido à grande repercussão deste relatório, e, vendo a importância de agir e procurar soluções para um desenvolvimento sustentável das sociedades, a ONU passou a preocupar-se com o tema, realizando em 1972 a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente em Estocolmo. Desde então várias comissões, conferências e reuniões foram realizadas em prol da sustentabilidade. Em meio a discussões explanadas, ficou claro que a sustentabilidade não se remete apenas à natureza e aos ecossistemas, mas que fazia parte de uma grande cadeia existente entre a economia e o desenvolvimento da sociedade humana.

A partir disso, em agosto e setembro de 2002, em Joanesburgo foi realizada pela ONU a Cúpula da Terra sobre a Sustentabilidade e Desenvolvimento, agora abordando os dois temas. Apesar dos esforços para promover novas ações, a cúpula não teve êxito, sendo proposta novamente em 2012 uma megaconferência, porém também sem muitos avanços. Desde então o termo “desenvolvimento sustentável”, apresentado em documentos oficiais dos governos, tem sido utilizado de forma imprudente sem seu significado principal que é manter-se e crescer no mercado equilibrando-se ao desenvolvimento social e ambiental o qual a empresa possa impactar. Hoje o termo vem sendo implantado nas empresas por meio de suas ações estratégicas, através de pressão governamental, por controles legais ou por parte da sociedade, já que essas têm uma grande influência para com a gestão ambiental. Para que essas passem ser mais efetivas em relação a este assunto, buscando meios de atingir os três pontos chave da sustentabilidade, conforme Schaun e Utsunomiya (2010, p. 96):

Tripe da sustentabilidade é uma filosofia de gestão empresarial que procura conciliar as três vertentes básicas da sustentabilidade: viabilidade econômica, consciência ambiental e responsabilidade social. É um tripé conceitual que sustenta as práticas de desenvolvimento sustentável de uma empresa [...], essa visão contemporânea e aparentemente humanista e conciliatória do poder do capital é a resposta do meio corporativo aos desafios e demandas proporcionados pela difícil tarefa de uma sociedade sustentável.

Sustentabilidade é afinal um conceito estruturado que relaciona a preservação dos ambientes econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. “O conceito de Sustentabilidade traduz uma tendência de preocupação holística para com o meio ambiente, a sociedade e as relações produtivas e econômicas” (SCHAUN; UTSUNOMIYA, 2010, p. 97).

Figura 1 - As raízes da sustentabilidade



Fonte: elaboração própria

Para Elkington (2001), conduzir empresas em direção à sustentabilidade demandará mudanças violentas no desenvolvimento de cada vertente do tripé. Porém ainda existe a ideia de que sustentabilidade é apenas relacionada ao meio ambiente, enganam-se aqueles que não enxergam a complexidade do termo sustentabilidade. O autor afirma que a sociedade depende da economia e essa depende do ecossistema que aqui está representando o pilar derradeiro. Sabemos que o estilo de economia atual é devastador e que prevalece em um sistema de “ignorância” sobre os recursos naturais finitos e sobre a preservação dos recursos humanos.

Elkington (2001) diz que as três vertentes não são estáveis e que estão em constante ebulição, dependendo de pressões como: sociais, políticas, econômicas, ambientais, ciclos e conflitos. O autor nos leva a imaginar esses três pilares como grandes placas tectônicas que se movimentam de forma independente e que as pressões citadas acima influenciam diretamente nesse movimento, gerando mais tarde efeitos nos âmbitos sociais, econômicos e ecológicos, ilustrados como “tremores e terremotos”, criando lacunas entre os três pilares. O grande dilema da grande revolução trazida por Elkington é o questionamento aberto por Martine (2015), essa revolução fará com que a humanidade consiga prosseguir nesse caminho? A humanidade conseguirá expandir esse progresso a toda a sociedade?

Serão respostas que determinarão o desenvolvimento da sociedade futura e que deverão ser refletidas de forma responsável e consciente, buscando alcançar a tênue linha de equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade.

2.2 Organizações não governamentais (ONGs)

O termo ONG, ao longo dos anos, devido às mudanças sociais, políticas e ambientais, foi reconhecendo e assumindo definições de diferentes áreas, mas que atendiam ao mesmo propósito: a filantropia; por conta de sua vasta gama de definições na maioria das vezes e de

forma vaga, é usada apenas para definir grupos que trabalham sem fins lucrativos. Devido a essa falta de conceito, surge o questionamento exposto por Bebbington (2002, p. 108):

A ausência de teoria é que leva à pergunta eterna, dolorosa, até mesmo aborrecida, mas sempre legítima: o que é uma ONG? Se até hoje não há uma resposta para ela que não acabe sendo ou uma lista ou uma definição baseada no que não é, esse é um bom indicador da necessidade de haver uma teoria (ou um conjunto de teorias) para que se possa falar com mais clareza a respeito do fenômeno das ONGs.

No Brasil o termo ONGs surgiu nos anos 1980 trazido por profissionais ativistas que tornaram as ONGs alternativas para as práticas já adotadas em igrejas, universidades e partidos políticos, caracterizadas como entidades que atendiam às necessidades e aos movimentos sociais de uma minoria. A partir dos anos 1990, o Estado passou a contextualizar e definir oficialmente que as ONGs passaram a fazer parte das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), posteriormente ganhando visibilidade também como organização do Terceiro Setor. Landim (2002, p. 43) explica:

[...] é expressão que aqui chega carregada de pressupostos e conotações que antes de mais nada complicam sua operação, sem mediações, no contexto da sociedade brasileira. E, se analisarmos os canais através dos quais a expressão vem sendo mais disseminada, acredito que chegaremos ao terreno do mercado: é usada amplamente e de forma naturalizada sobretudo por empresas, fundações e organizações dedicadas à chamada filantropia empresarial, ou investimento social.

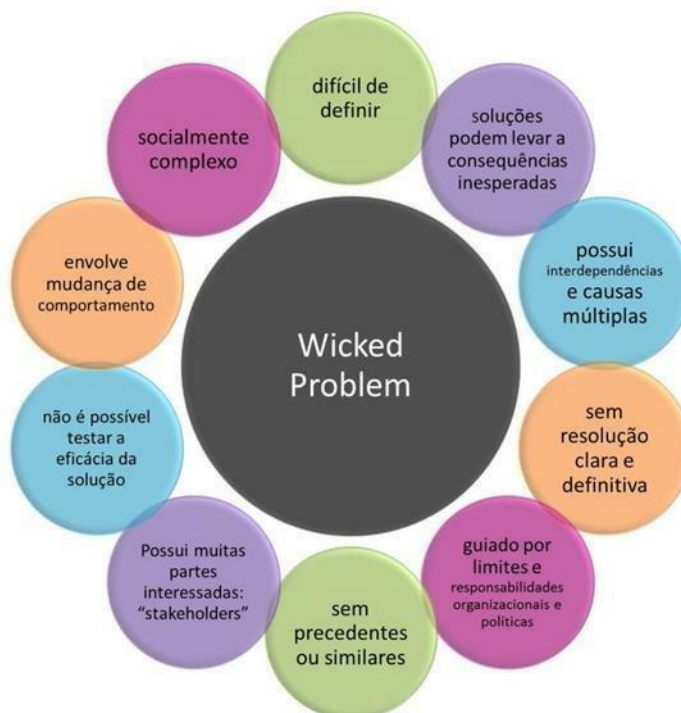
2.3 Fenômenos Perversos

O termo *wicked problem* é de origem inglesa foi introduzido por Rittel e Webber em 1973 com o artigo *Dilemmas in a General Theory Planning*. Rittel foi o pioneiro do termo, sendo um dos criadores do sistema IBIS (*Issue-Based Information System*), sistema que tinha como objetivo solucionar problemas dessa natureza.

Rittel e Webber (1973) listam dez particularidades que diferem problemas perversos de problemas comuns. Os problemas perversos não possuem definição exata de sua estrutura como os demais problemas comuns possuem; como consequência dessa falta de definição inicial, sua solução também não pode ser definida, pois a solução de um problema perverso nunca termina. Para cada nova solução encontrada, existem consequências que dificilmente podem ser mensuradas, pois possuem um caráter temporal de longo prazo, e tais consequências não podem ser desfeitas; devido a isso, cada decisão precisa de um julgamento criterioso, pois impactará ações futuras. Cada problema perverso é singular e não há critérios que ajudem a solucionar tais problemas.

Diante disso fica evidenciado o quanto os problemas perversos são complexos. Um fator que também difere dos demais problemas comuns é que os problemas perversos se cruzam com outros problemas, pois existem muitos envolvidos e cada um tem um pensamento sobre a realidade do problema. Coney (2004) relata que os problemas perversos são contínuos, com pouca estrutura, não podem ser desfeitas e submetem-se a diferentes soluções em um longo período de tempo.

Figura 2 – Aspectos dos problemas perversos



Fonte: Bonotto (2018)

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como sendo descritiva e de natureza qualitativa. Para determinar os sujeitos de pesquisa, foram realizadas consultas às listas públicas de participantes do Grupo de Trabalho de Combate às Manchas de Óleo no Litoral Cearense, coordenado pela Secretaria de Meio-Ambiente do Ceará (SEMA), para mapear as ONGs diretamente envolvidas na resolução do problema. Em seguida, os representantes dessas entidades eram convidados a participar da pesquisa em ocasião posteriormente agendada.

Assim, a coleta de dados se deu por meio de entrevistas em profundidade pelo critério de acessibilidade com representantes das ONGs. Cada entrevistado (ONG) indicou pessoas de outras ONGs para serem entrevistadas; essa estratégia é chamada de “bola de neve”. Essas entrevistas, por sua vez, ocorreram de forma on-line, sendo utilizada a plataforma de comunicação Meet Google, e foram gravadas em áudio e vídeo sob permissão dos entrevistados e transcritas para realização de análise de conteúdo, como visto em Bardin (2016).

A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso único (STAKE, 2005), operacionalizado em três frentes de atuação conforme descrito adiante. Buscou-se investigar como o desastre ambiental das manchas de óleo no nordeste do Brasil sob a ótica do Tripé da Sustentabilidade afetou a população que depende diretamente da resolução desse problema. A pesquisa foi realizada com ONGs dos estados do Ceará, Bahia e Maceió uma vez que as localidades escolhidas foram as mais afetadas no desastre, por abrigar um ecossistema de serviços turísticos e por ter comunidade de pescadores de baixa escala. Para cada dimensão do modelo, foi necessário adotar procedimentos específicos conforme a descrição a seguir.

Para a **dimensão econômica**, foi realizada uma pesquisa documental oriunda das bases de dados oficiais. Inicialmente, foram selecionadas todas as atividades ligadas à Economia do Mar, conforme listada em Carvalho (2018). Os códigos dessas atividades no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) permitiram fazer novos levantamentos na base

de dados Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para o município de Fortaleza. Foi identificado o número de estabelecimentos, o número de empregados formais, o valor da remuneração média por atividade e, posteriormente, realizada uma crítica entre a quantidade de empregados e o salário médio nominal. Com isso, foi possível estimar a vulnerabilidade da Economia do Mar no município, apresentando uma visão sobre o potencial de impacto do desastre ambiental em questão.

Ressalta-se que o mais indicado seria uma análise desses dados em um momento antes/depois do evento. Contudo, a dificuldade de se obter dados seguros e em tempo real não satisfaria minimamente essa seção. Além disso, a pandemia do COVID-19, outro problema perverso ocorrido em 2020, demandou o fechamento de estabelecimentos comerciais e isolamento social. Uma análise feita após esse último acontecimento provavelmente enviesará os dados, enfraquecendo a qualidade do estudo.

Para a **dimensão ambiental**, foi realizado um levantamento documental em sites de notícias para compilar informações sobre o impacto causado pelas manchas de óleo. Embora uma pesquisa *in loco* fosse a mais indicada para analisar um evento, especificamente neste caso uma observação participante não surtiria o efeito esperado. Isso porque o óleo se espalhou em forma de bolas e não como uma mancha uniforme; essas bolas, por sua vez, eram imediatamente recolhidas por voluntários ou pela Marinha do Brasil (RIBEIRO, 2020).

Já para a **dimensão social**, optou-se por realizar entrevistas em profundidade pelo critério de acessibilidade com representantes das ONGs com roteiro de pesquisa semiestruturado e perguntas abertas (BRINKMANN, 2014; COOPER; SCHINDLER, 2008). Essas entrevistas foram direcionadas aos representantes das ONGs que atuaram na diminuição do desastre em meio às comunidades atingidas. A condução das entrevistas ocorreu de modo orgânico, tanto na linguagem adotada quanto pela exploração de trechos de destaque na fala dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, transcritas e posteriormente analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada com os representantes das ONG's Redemar e Biota Mar, que hoje atuam em todo litoral nordestino. Notou-se que, apesar de suas sedes serem localizadas nos estados da Bahia e do Maceió respectivamente, elas fazem parte de uma grande rede de ONG's associadas que dividem os trabalhos e os projetos em toda região costeira do Nordeste. Os nomes dos colaboradores serão mantidos em sigilo, por razões éticas e pelo fato de que a omissão de suas identidades não prejudicará a qualidade e a credibilidade da pesquisa. O respondente número 1 (um), que aqui será representado pela sigla R1, corresponde à ONG Redemar. Segue a análise a sua entrevista.

Dimensão Social - R1

Evidências empíricas: A ONG tem como propósito principal conscientizar a sociedade da importância dos oceanos nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. A ONG acredita que somente através da educação mudanças sociais acontecerão e que as gerações futuras precisam estar com a percepção de que os oceanos fazem parte de um ciclo maior. Trabalhando essa ideia nas salas de aula e nas comunidades pesqueiras, acredita que a prática na resolução de problemas existentes nesses ambientes trará um melhor resultado para o entendimento dessa ideia. É sabido que o modelo de consumo atual do mundo é altamente destrutivo para os oceanos, prejudicando fauna e flora marinha.

A ONG relata que as comunidades pesqueiras precisam de uma estrutura educacional para poder desenvolver-se na pesca oceânica e sobreviver à concorrência crescente de *stakeholders* internacionais, pois, com a chegada desses, a cultura dos povos do mar vem se perdendo, tornando aqueles que eram pescadores em funcionários das empresas. Em fala, o R1 cita algo relevante: “Assim como foi na cana-de-açúcar, como a de sempre o Brasil é uma colônia de exploração”. R1 ainda relata que na Bahia a cultura de pesca vem diminuindo devido à chegada de pescadores de outras regiões do Brasil e que isso tem afetado tanto o consumo interno de peixes como os pescadores artesanais da área.

R1 informa que esse tipo de exploração externa se expande em toda a região costeira do Nordeste:

Se você reparar os grandes resorts, os grandes hotéis, as pousadas são todas de pessoas de fora, você não tem um nativo que explora [...] pode observar que cada paraíso tem um bolsão de miséria do lado, você vai em Noronha você vai achar, você vem aqui em Trancoso você acha [...] que é justamente a mão-de-obra barata e que já está em uma relação de conforto.

Com o crescimento desse tipo de relação, a cultura nativa e de pescadores vai diminuindo, pois as gerações futuras não veem mais crescimento ou prosperidade nessas atividades, e fica o questionamento: no futuro quem irá pescar?

Fica claro para a ONG que esses problemas são de caráter humanitário e que o problema não fica somente no âmbito ambiental e econômico, mas faz parte de um contexto mais profundo sobre a sociedade e a relação que existe entre esses três pilares da sustentabilidade. Assim como descrito por Elkington (2001), os pilares são independentes, porém interferências externas podem desequilibrar o ciclo.

Em relação ao derramamento de óleo inicialmente, a ONG estabeleceu protocolos de ação junto às comunidades por esses serem os primeiros a estar em contato com o desastre. Identificou-se um termo que caracteriza bastante esse acontecimento e que se tornou importante, podendo ser base para outros estudos sociais, que é a “precarização de áreas de alta vulnerabilidade”. Esse termo foi representado pelo entrevistado como “racismo ambiental” e identificou que a maioria dos povos do mar é de descendência negra ou indígena, alguns não possuem profissão reconhecida; mostra-se que isso é uma ramificação do racismo estrutural existente na sociedade, evidenciando a necessidade mais que urgente da justiça ambiental.

O R1 relata que existem muitas discussões sobre transição ecológica e que ainda faltam mais ações para execução dessas transições. A ONG entrou nas comunidades, buscando utilizar-se de uma comunicação com abordagem mais simples. Em fala, R1 diz: “Não adianta você ir com sua literatura litúrgica e acadêmica [...] mas estamos trabalhando com eles em clareza, igualitária, dando espaço de fala e propondo toda vez que a gente se encontra um exercício de como podemos melhorar”. A ONG buscou entender mais sobre os problemas existentes nas comunidades para assim ajudá-la a ter voz ativa.

O maior problema enfrentado pelas comunidades foi em relação ao auxílio de sobrevivência enviado pelo governo para ajudar a sustentar essas comunidades, já que os estabelecimentos estavam fechados devido à contaminação dos pescados e mais tarde a pandemia do vírus COVID-19. Segundo o entrevistado, alguns pescadores não conseguiram receber o auxílio devido às burocracias e demandas de cadastros e a falta de protocolo para o tipo de auxílio, já que eles não tinham uma categoria discriminada.

A ONG vem trabalhando com políticas públicas, trazendo ideias de construção de leis para a pesca artesanal, o reconhecimento da profissão das marisqueiras e o desenvolvimento, o monitoramento, a gestão e a proteção estadual das milhas náuticas existentes em toda costa brasileira. R1 relata que todas essas questões devem e serão assuntos de discussão pública, pois mais tarde passarão a ser questões de sobrevivência social.

Dimensão Econômica - R1

Evidências empíricas: A ONG, além do trabalho relacionado ao âmbito social, também desenvolve projetos e estudos que ajudam a entender a importância do termo economia azul. Em fala, o R1 diz:

O mar é o principal escoador da balança comercial desse país, não tem balança comercial se não tiver navegabilidade [...] a fronteira rica do país é a fronteira azul onde exporta toda riqueza e isso tem que entrar como economia do mar, isso tem que ser visto.

Um termo bastante interessante utilizado pelo R1 é a “recolonização do Brasil” que se caracteriza na chegada de *stakeholders* de outros países para exploração da costa brasileira. A ONG acredita que a falta de investimentos governamentais para expandir os estudos sobre tecnologia em faculdades e universidades não permite que hoje o Brasil explore sua própria região costeira, deixando assim livre a entrada de outros países para a execução dessa atividade. O entrevistado acredita que, devido às dificuldades econômicas que o Brasil vem passando e na perspectiva de alguma melhoria ou solução desses problemas, qualquer “novidade”, termo utilizado pelo R1, é eficaz para aquele momento, não se preocupando com futuros problemas sociais e ambientais vistos nas demais dimensões.

R1 relata que, no estado da Bahia, a cultura de pesca vem diminuindo devido à exploração de sua costa por pescadores de outros estados e que isso tem afetado economicamente o estado, pois hoje a Bahia tem comprado peixes e camarões de outras localidades, uma vez que não consegue produzir nem para consumo interno.

Em relação ao derramamento de óleo, os povos do mar, devido ao ocorrido, não podiam vender os pescados por conta da incidência de substâncias tóxicas nos peixes que fariam mal à saúde humana, além do receio existente entre os consumidores na compra dos mesmos. Para o agravamento da situação, após o desastre do derramamento de óleo, veio a pandemia do vírus COVID-19, que obrigou o fechamento dos estabelecimentos que já não estavam bem economicamente. Em relato, o R1 informa que existiu e existe uma falta de assistencialismo e leis que subsidiam as comunidades pesqueiras, sendo tudo muito urgente e necessário já que são realidades nunca vividas. Visto o quão foi dificultosa a chegada e a distribuição do auxílio nas comunidades na dimensão social, a ONG acredita que faltam protocolos de ações sobre a utilização das praias visto que as comunidades precisam e sobrevivem do turismo e comércio existentes nelas.

Em entrevista, o R1 fala que: “O papel da economia azul é criar o uso sustentável de um produto vivo, que vale muito mais conservado do que destruído”, mas fica a pergunta: Que formas de economia podem ser geridas sem que afetem drasticamente a cultura local e o ecossistema existente? O entrevistado ainda introduz o grande leque de atividades econômicas que se movimentam em relação às atividades praianas, gerando renda para as comunidades populares, e utiliza a frase “são economias que se retroalimentam” e que precisam ser cuidadas, dando assim início aos projetos da ONG sobre leis que desenvolvem ações que defendam a economia e o desenvolvimento das comunidades da região costeira.

Dimensão Ambiental - R1

Evidências empíricas: A ONG desenvolve um trabalho importante sobre a conservação da fauna e flora marinha e exalta a importância dos oceanos em relação aos outros ecossistemas do planeta, quando relata que existe uma conexão do ambiente de sertão com oceano e que a chuva que cai no sertão faz parte de um grande equilíbrio entre o mar e a terra.

Nas dimensões anteriores, é vista a imensa dependência social e econômica para com o pilar ambiental, que tem como característica importante a sua finitude afirmada por Elkington (2001); também Schaun e Utsunomiya (2010) descrevem como uma preocupação que deve ser vista de forma holística. A ONG preocupa-se muito com essa visão dimensional, pois, para eles, é preciso ter a percepção do tamanho e da importância desse pensamento. O entrevistado informa que o Brasil ainda está muito devagar sobre as discussões ambientais; enquanto outros países estão preocupados com o nano plástico, ainda estamos discutindo assuntos relacionados à utilização de canudos plásticos. Em fala, o entrevistado relata sobre uma pesquisa que informa que, a cada uma semana, os seres humanos ingerem o equivalente a um cartão de crédito de micro partículas de plásticos e informa que, desde 2010 a 2016, 75% dos plásticos produzidos pela humanidade estão dispersos pela natureza. R1 diz:

Foi um mal necessário naquela época [...] mas nos perdemos no seu uso, e hoje ele se transformou em um vilão, [...] e os governos não entendem que isso vai se tornar um problema de saúde mais recorrente assim como foi o derramamento de óleo [...] o negacionismo é muito grande.

Em relação ao derramamento de óleo como primeira ação, foi necessário entender qual protocolo seria usado, pois era algo novo para as comunidades e para a ONG. R1 diz que um protocolo a ser seguido foi o instrumento que mais faltou para a iniciação desse primeiro combate, nada se sabia sobre como atuar nesse momento e, como era uma questão de urgência, as ações foram sendo feitas de qualquer jeito, sem a preocupação dos impactos ambientais que aquelas ações provocariam. A ONG buscou ajuda a órgãos que entendiam sobre o assunto para assim então aplicar os protocolos de limpeza seguindo os protocolos da NOA e da Petrobrás.

O entrevistado informa que se errou muito devido à falta de protocolos, pois foram utilizados muitos equipamentos derivados do petróleo que, em contato com óleo, corroeram e prejudicaram a saúde das pessoas que trabalhavam na coleta, assim como a perda de dinheiro em equipamentos que não serviriam. A falta de protocolo foi tão intensa que, em algumas praias, o governo utilizou tratores para a limpeza que compactou a areia da praia, matando assim mariscos e pequenos crustáceos que viviam ali. R1 diz: “Como não se entende o que é o bioma, foi feito de qualquer jeito”. A ONG informa que estudou formas para minimizar os impactos causados pela limpeza, discutindo sobre os protocolos de cada praia, quantidade de pessoas e de equipamentos a serem utilizados, mas informa que os impactos causados pelas ações de limpeza serão grandes e que hoje são difíceis de ser mensurados, alegando que as praias não serão as mesmas e que todos os seus dependentes serão afetados.

A ONG informa que o trabalho de monitoramento ainda continua até hoje, pois o desastre não tem prazo de validade, e alega que faltou apoio para a aplicação de um diagnóstico sobre a situação atual e que, devido às correntes marinhas, manchas de óleo continuam aparecendo nas praias. Até hoje existe um receio sobre o consumo dos peixes pescados nas áreas afetadas, não se sabe os impactos que esse consumo criará. A ONG informa que as pessoas ainda estão expostas e o risco de saúde é eminente, principalmente para as comunidades que pescam para consumo interno; faltam protocolos sobre a utilização das praias, e existem poucos estudos que falam sobre capacidade de carga e sobre o saneamento básico. A falta de protocolos para esses assuntos leva a impactos que hoje não são possíveis de mensuração.

Visto nas dimensões anteriores que os acontecimentos do derramamento de óleo e a pandemia do vírus COVID-19 vem impactando as comunidades assim como o ambiente econômico delas, é esperado que não fosse diferente em relação ao meio ambiente, os impactos virão e de uma forma devastadora e somente gerações futuras sentirão de forma agravante.

Dimensão fenômenos perversos - R1

Evidências empíricas: Em relação à atuação da ONG, ficou evidente que a falta de estrutura e protocolos do país não ajudou a minimizar os impactos causados pelo derramamento de óleo nos três âmbitos: social, econômico e ambiental. Apesar dos grandes esforços das ONGs, é evidente que esse desastre se trata de um fenômeno perverso perceptível claramente na dimensão ambiental quando a falta de protocolos possibilitou o surgimento de vários outros problemas, principalmente ambientais.

A limpeza e a remoção do óleo eram de extrema importância e precisavam ser feitas com a maior urgência possível. Devido à falta de protocolos, errou-se muito e foram utilizados equipamentos que não eram compatíveis com as necessidades do problema, perdendo recursos financeiros e tempo investidos. Em algumas situações relatadas pelo entrevistado, a utilização de tratores e jatos de pressurização para a limpeza e a remoção do óleo foi extremamente marcante para o meio ambiente. R1 diz: “Às vezes isso foi pior do que ter deixado o óleo lá e a natureza dar cabo, criar um organismo e acabar, porque você acaba com meia fauna da praia, você mata tudo ali”. O entrevistado ainda relata que, em algumas localidades, a vida marinha foi morta devido à utilização de protocolos errados. Rittel e Webber (1973) falam o quão complexo é um fenômeno perverso e é visto aqui claramente as definições citadas por eles.

Mais além o entrevistado relata que os impactos ambientais não possuem mensuração e que esse desastre continua impactando na vida das comunidades pesqueiras que consomem peixes que podem estar contaminados; também não se sabe quais fenômenos perversos esse consumo causará.

O respondente número 2 (dois), que aqui será representado pela sigla R2, corresponde à ONG BiotaMar. Segue a análise a sua entrevista.

Dimensão Social - R2

Evidências empíricas: Assim como na entrevista anterior, a ONG também desenvolve trabalhos sociais voltados à conscientização das comunidades sobre a importância da preservação da fauna e flora marinha. Com uma visão um pouco mais ambiental, a ONG tende a desenvolver projetos com maior foco no monitoramento de animais encalhados, capacitando as comunidades a prestarem os primeiros socorros quando os animais aparecem. Em relação ao derramamento de óleo, a ONG desenvolveu projetos em que as comunidades pudessem ajudar na identificação de animais manchados de óleo e reportar à ONG as consequências sociais que o derramamento de óleo causou as comunidades; a ONG não trabalhou de forma mais efetiva.

Dimensão Econômica - R2

Evidências empíricas: A ONG entrevistada não atuou nos problemas econômicos causados pelo derramamento de óleo.

Dimensão Ambiental - R2

Evidências empíricas: Em relação ao derramamento de óleo, a ONG atuou de forma mais evidente no combate e na limpeza dos animais e praias atingidas pelo óleo. A ONG trabalha com uma rede de instituições associadas que se comunicam distribuindo informações sobre acontecimentos ocorridos e foi através dessa rede de comunicação que a

ONG teve seu primeiro contato com o derramamento de óleo. A ONG informou que, no primeiro momento, não possuía autorização nem equipamentos para o manuseio de animais vivos manchados de óleo e que isso gerou um problema pois o IBAMA não permitia que a ONG prestasse os primeiros socorros, tardando ainda mais a reabilitação desses animais na natureza. Em fala, o R2 menciona: “A gente se recusou a cruzar os braços [...] e vou fazer com que o animal fique vivo até vocês chegarem”. Após documento emitido pelo instituto TAMAR comprovando o nível técnico da equipe, a ONG pode atuar nas atividades necessárias, mas a demora dessa documentação permitiu que algumas ações de resgate de animais fossem tardias. Em fala, R2 diz:

[...] a gente só não tinha o contêiner de despetrolização, mas todo o resto à gente tinha, mas muitas vezes foi preferível deixar o animal dentro do banheiro esperando até o outro dia para ser transportado para outro estado, porque nossa sede não estava habilitada e isso foi uma coisa também que foi marcante pelo menos para mim.

A ONG recebeu um contêiner de despetrolização que foi instalado na base de Alagoas e, a partir disso, pôde combater os impactos causados aos animais no derramamento de óleo; houve também contratações de biólogos e veterinários para a atuação nas áreas afetadas. Em fala, R2 informa que as maiores dificuldades encontradas e que prejudicaram suas ações foram a desorganização governamental, pois não tinham a quem se reportar diretamente, as pressões e as cobranças de entidades maiores sobre informações que precisavam ser passadas o mais rápido possível para divulgação nas mídias.

Dimensão fenômenos perversos

Evidências empíricas: Desde o início, sabemos que esse desastre é um fenômeno perverso e fica claro nas entrevistas o despreparo da sociedade em relação a acontecimentos desta grandeza já que se desconhece sua origem e seu final. No caso dessa ONG, o problema mais enfrentado foi a tardia autorização governamental para a condução das atividades de primeiros socorros. Apesar dos esforços da ONG e rebeldia, termo utilizado por R2, a ONG conseguiu prosseguir com essa ação mesmo não tendo as autorizações de manuseio necessárias. Viu-se que a burocracia e a demanda de documentos podem ter gerado mais transtornos nesse ambiente já castigado pelo desastre.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal evidenciar a atuação das ONGs sobre o desastre do derramamento de óleo. Durante as entrevistas realizadas e com a metodologia utilizada, foi possível identificar o grande desempenho dessas instituições para a diminuição dos danos causados à sociedade, à economia e ao meio ambiente, deixando mais clara a complexidade desses pilares e a conexão existente entre elas para o desenvolvimento da humanidade, como falado por grandes teóricos ao longo desta pesquisa. Apesar da questão principal ter sido resolvida, surgiram novos questionamentos e novas ideias que podem ser base para futuras pesquisas sobre as dimensões estudadas aqui.

É perceptível a necessidade mais que urgente de políticas públicas que ajudem no desenvolvimento das comunidades da região costeira. O entendimento sobre essas comunidades ainda é pouco e ignorar que elas possuem um papel importantíssimo para a economia brasileira, para a cultura local e para o meio ambiente é perder grande parte do que conquistamos desde o nascimento deste grande país. Esse descaso foi descrito nas entrevistas como racismo ambiental que pode vir a ser um tema para estudos sociais voltados a essas comunidades.

A exploração externa desses ambientes também tem causado inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais. *Stakeholders* vem assumindo posições que anteriormente eram das comunidades, passando a falsa esperança de uma melhora situacional e tornando as comunidades dependentes desse novo tipo de economia, que caracteriza o termo recolonização do Brasil, termo também que poderá ser utilizado para novos estudos.

Alguns desastres ambientais ocorrem de forma complexa como foi o derramamento de óleo no Brasil, quando não é possível identificar sua origem exata nem tampouco usar um plano de gestão ambiental previamente estruturado; no caso estudado, não existiu nenhum, nem plano de ação ou protocolo a ser seguido. Problemas dessa natureza podem ser enquadrados como sendo “Fenômenos perversos”, que são eventos que não são possíveis apontar a causa exata nem adotar uma solução previamente estabelecida, dada a complexidade e as particularidades do fato como explicado nas teorias dessa pesquisa. Na maioria dos casos, supostas soluções encontradas podem gerar fenômenos maiores e que podem ser percebidos a curto, médio ou em longo prazo; a falta de protocolos de ações para esse desastre se mostrou um dos causadores de inúmeros problemas sociais, econômicos e principalmente ambientais.

Acreditamos que as próximas gerações venham e possam dedicar-se a estudos sobre o desenvolvimento sustentável do nosso planeta; sabemos que fazemos parte de um grande sistema vivo e que precisa ser urgentemente preservado e conservado. Uma frase dita nas entrevistas que chamou bastante atenção e que retrata a realidade claramente é: “O papel da economia azul é criar o uso sustentável de um produto vivo, que vale muito mais conservado do que destruído”.

Essa frase gerou um novo questionamento: Que formas de economia podem ser geridas sem que afetem drasticamente a cultura local e o ecossistema existente, sem que a economia perca sua força?

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BEBBINGTON *et al.* ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina. In: **Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina**. São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.
- BONOTTO, E. **A sustentabilidade como um wicked problem**. Brazilian journal of development, 2018.
- BRINKMANN, S. Unstructured and Semi-Structured Interviewing. In: LEAVY, P. (Ed.) **The Oxford Handbook of Qualitative Research in Marketing**. New York: Oxford University Press, 2014, cap. 14, p. 277-299.
- CARVALHO, A.B. **Economia do mar: conceito, valor e importância para o Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, PUCRS, Tese, 185 f., 2018.
- CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA O MAR BRASILEIRO – CEMBRA. **O Brasil e o mar no século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do país**. Niterói: BHMN, 2012.

COOPER, D.; SCHINDLER, P. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

COYNE, R. **Wicked problems revisited**. *Design studies*, p. 5-17, 2004.

Dicionário Michaelis. Online Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=perverso>>, Acesso em 25/03/2020.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

LIMA, M. M. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL SOB O TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE. **SEMIOSES: Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, Rio de Janeiro, ISSN 1981-996X | v. 13. | n. 3. | jul./set. 2019

MARTINE; G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no Século XXI: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, 2015.

MOREIRA, L. F.; SILVA, D. F. **Sustainable Production Systems, uma visão da Engenharia: Relacionada ao Tripé de Sustentabilidade**. XVII mostra de iniciação científica, pós graduação UCS, 2018.

OLIVEIRA, L. D. de. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. 2012, **Revista Continentes** (UFRRJ) ANO 1, nº 1.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OECD). **The Ocean Economy in 2030**. Paris: OECD Publishing, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264251724-en>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The future we want**, p. 1-53, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2020. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> Acesso em 4 de jan. de 2020.

PASQUOTTO, V. F. **Pesca artesanal e enfoque sistêmico: uma atualização necessária**. 2004. Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. SBSP, Araçaju.

RIBEIRO, N. **Um ano de manchas de óleo no Nordeste: relembre um dos maiores desastres do país**, agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/um-ano-de-manchas-de-oleo-no-nordeste-relembre-um-dos-maiores-desastres-do-pais/>>. Acesso em: 07 out. 2020.

RITTEL, H.W.J.; WEBBER, M.M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy Sciences**, v. 4, p. 155-169, 1973. <https://doi.org/10.1007/BF01405730>

RODRIGUES, M. T. **O papel das ONGs no Brasil, uma visão gerencial aplicada à causa animal**. Campinas - São Paulo, 2015.

SCHAUN, A.; UTSUNOMIYA, F. **Comunicação e sustentabilidade, conceitos, contextos e experiências**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2010.

SOARES, M.O. *et al.* Brazil oil spill response: Time for coordination. **Science**, v. 367, p. 155, 2020. <https://doi.org/10.1126/science.aaz9993>